



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA**

**CNPJ: 18.158.261/0001-08**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Objeto:** Execução de Obra de Melhoramento de Estradas Vicinais (Rodovia de Acesso ao Córrego do Ouro), no Município de Douradoquara/MG., processo administrativo nº 015/2024.

#### **1) INTRODUÇÃO**

O presente Termo de Referência foi precedido de Estudo Técnico Preliminar e atende plenamente aos ditames da Lei 14.133/2021 e outras leis vigentes e pertinentes ao objeto a ser contratado.

#### **2) REQUISITANTE**

**Órgão Interessado:** Prefeitura Municipal de Douradoquara/MG

**Área Interessada:** Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Infraestrutura

#### **3) OBJETO**

Contratação de serviços especializados para Execução de Obra de Melhoramento de Estradas Vicinais (Rodovia de Acesso ao Córrego do Ouro), no Município de Douradoquara/MG., processo administrativo nº 015/2024.

#### **4) JUSTIFICATIVA**

O projeto visa a promoção e divulgação do município, agregando a infraestrutura urbana municipal, ofertando uma melhoria nas condições de tráfego nas estradas vicinais do município.

Cumpram-se destacar que o município dispõe de corpo técnico especializado, porém a demanda de projetos está cada vez maior, além dos demais serviços rotineiros.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA**

**CNPJ: 18.158.261/0001-08**

## CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Localização:



Foto 01 – Localização do Trecho que será Cascalhado

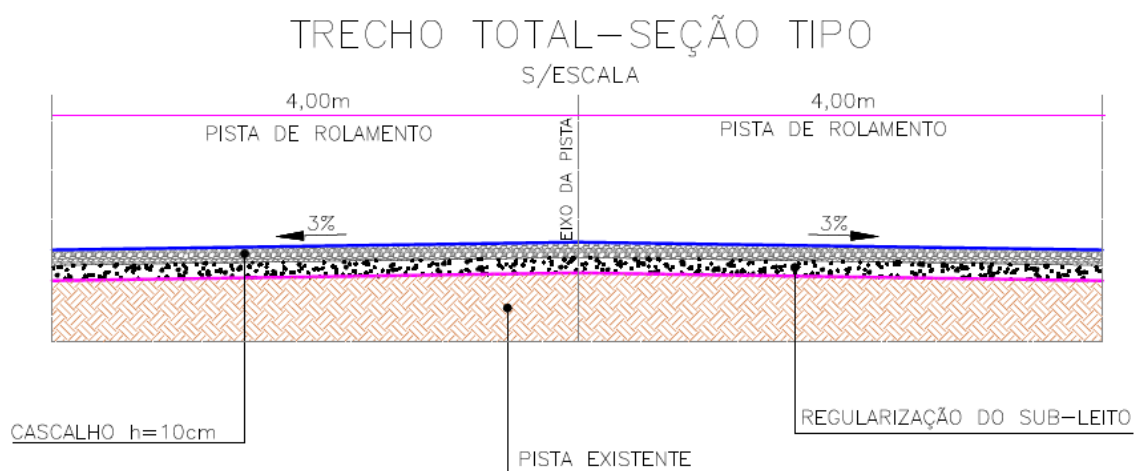


Figura 01 – Seção Tipo no Trecho que será Cascalhado



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA**

**CNPJ: 18.158.261/0001-08**

### **6) REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

A Contratada deverá providenciar junto ao CREA e/ou CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e nº. 12.378/2010);

Os serviços prestados dessa contratação deverão estar devidamente registrados através de ART / RRT de Execução.

#### Documentos fiscais:

a) Registro comercial, Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e documento de identificação dos sócios;

b) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Municipal, da Sede do Fornecedor;

e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Estadual, da Sede do Fornecedor;

f) Certidão de Regularidade com o FGTS;

g) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

h) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

i) Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

### **7) DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput). Para fiscal do contrato fica designado o Sr. Cristiano Resende Correa, Engenheiro Civil CREA-MG nº 242.389/D, ou em sua falta outro que o Município de Douradoquara-MG indicar.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA**

**CNPJ: 18.158.261/0001-08**

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º), no prazo indicado pelo fiscal.

### **8) DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será feito em até 30 dias mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada do seu recebimento total dos serviços prestados, por servidor designado pelo Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Infraestrutura.

**Douradoquara / MG, 06 de Junho de 2024.**

---

***Lorival Alves***

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Infraestrutura